

MEMÓRIA DE REUNIÃO NÚMERO 011

Data: 02/12/2015	Início: 10h	Término: 11h 30min
Local: Escritório do Consórcio UHE Itaocara		
Objetivo: Entregar diagnóstico de saúde e esclarecer cronograma e metodologia dos Programas de Monitoramento e Controle de Endemias e Gestão Institucional.		
Participantes	Entidade	Competência Técnica
Mário Trento	Consórcio UHE Itaocara	Gerente Ambiental
Valéria Santana	Consórcio UHE Itaocara	Secretária
Rodrigo Pellegrini	Cons. UHE Itaocara /Print	Comunicação Social
Janice Amaral Monerat	Secretaria de Saúde - Cantagalo/RJ	Coord. Especialidades
Ricardo de Ornella Dantas	Secretaria de Saúde - Aperibé/RJ	Secretário de Saúde
Nev Trindade Savão	Secretaria de Saúde - Itaocara/RJ	Secretário de Saúde
Marco Aurélio Guerreiro	Secretaria de Educação – Itaocara/RJ	Secretário de Educação
Vanessa Cardoso da Silva	Sec. de Assistência Social – Aperibé/RJ	Assistente Social
Thaís Campanate	Sec. de Assistência Social – Cantagalo/RJ	Aux. Administrativo
Ercinéia Ferreira	Sec. de Assistência Social – Itaocara/RJ	Secretária
Assessores e funcionários das secretarias dos municípios da área de influência.		

Síntese

- Programa de Gestão Institucional

Mário perguntou aos presentes quem deles havia participado da montagem dos projetos de compensação social elaborados em 2012. Nenhum deles participou. O gerente lembrou que em 2012 foram convidados os gestores públicos dos municípios da área de influência para a montagem dos projetos de compensação social e que o programa de Gestão Institucional também prevê a participação, além de representantes das prefeituras, de outros representantes da sociedade nas decisões sobre o destino dos recursos.

Mário acrescentou que o programa também dará cursos de elaboração de projetos para captação de recursos junto aos órgãos do governo federal. Esse treinamento será dado aos funcionários concursados (de carreira) para que eles possam repassar os conhecimentos às gestões eleitas.

É necessária a atualização dos projetos propostos em 2012 porque parte do que foi decidido na época já pode ter sido resolvido pelos municípios. É preciso ver se o que foi planejado ainda está valendo e se será efetivamente executado. O valor total estimado para as ações do programa é de três a quatro milhões de reais e ele não prevê verbas na área da saúde porque há um programa específico para isso.

Na próxima quinta-feira, 03/12/15, acontecerá a primeira reunião com a empresa contratada para realizar o programa. Todos os presentes serão informados. A empresa deverá entrar em contato com as secretarias dos municípios.

- Pacuera

Mário esclareceu que o reservatório é uma área pública, mas que é preciso estabelecer parâmetros para o seu uso por questões ambientais e não propriamente da usina. Quem cuida do tema é o Programa de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, o Pacuera. O uso do tanque rede, por exemplo, deve ser estudado em cada ponto do reservatório. É de interesse ter uma praia pública? Se sim, como ficariam as questões de segurança? Do comércio? Quem serão os responsáveis? Construções coletivas com concessão pública? Quiosques? Guarda-vidas? As ideias e as respostas deverão ser construídas em conjunto com os municípios da área de influência.

- Programa de Monitoramento e Controle de Endemias

Mário ressaltou que a empresa contratada pelo Programa Monitoramento e Controle de Endemias também entrará em contato com as secretarias dos municípios assim que iniciar suas atividades na região. O diagnóstico distribuído para os presentes procura saber sobre a situação atual da saúde dos municípios e o que precisará ser feito. A intenção é que a cada três meses as informações sejam atualizadas para detectar os possíveis impactos causados pelo empreendimento. Em função da burocracia para contratação e compra de material por parte das prefeituras, se for detectada a falta de material ou de especialidade médica, a ideia é que o Consórcio adquira ou contrate com maior agilidade. É necessário haver consenso para estabelecer o impacto futuro. O questionário que foi entregue aos presentes sugere o melhoramento do diagnóstico. A partir de janeiro de 2016, a empresa contratada prestará serviço também na avaliação dos impactos gerados e os profissionais das secretarias de saúde poderão contribuir, pois têm conhecimento sobre a situação da área de saúde no seu município. É importante que mais pessoas representem os municípios sem relação com a política. A empresa contratada trabalhará como mediadora, pois possui metodologias de como chegar ao consenso. Em questões como segurança, por exemplo, é preciso apoiar o município para que ele possa achar caminhos para resolver os problemas. Todas as contribuições ao diagnóstico montado pelo Consórcio serão bem-vindas até o dia 15/01/2016.

Assim como os impactos serão avaliados a cada três meses, as verbas também deverão ser repassadas no mesmo período. Aperibé já enviou o diagnóstico ao Ibama e o Consórcio recebeu e acrescentou mais coisas. A empresa já está em contato com um hospital para construção de um ponto de apoio, cuja intenção é evitar novos impactos na rede pública de saúde.

Questionamentos:

E quanto à subsistência dos pescadores, eles poderão continuar pescando?

Mário: sim. Temos algumas alternativas como a repovoação do reservatório, formação de tanques-rede, piscicultura. Há uma fonte de financiamento do Ministério da Agricultura (Secretaria de Pesca).

E as questões que envolvem a assistência social?

Mário: fazem parte do Programa de Gestão Institucional.

Como será a distribuição dos valores?

Mário: de acordo com o impacto detectado.

E o rearranjo produtivo rural?

Mário: outro programa cuida dessa área. Um exemplo é a UFSJ. Eles são especialistas em determinar qual é a perda que poderá acontecer na área da pesca. Identificam quem são os reais impactados e quanto estão perdendo. São quarenta meses de estudo. A partir do momento que se percebe a perda, o impactado já será compensado.

E as pessoas que serão retiradas da moradia, estão no mesmo programa?

Mário: são quarenta e três programas ambientais. Este, especificamente, é o de Gestão Fundiária.



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE ENDEMIAS

E em relação às manifestações, como lidar?

Mário: é preciso ouvir e esclarecer o que está sendo dito.

E sobre o ISS? Como fica a divisão por município?

Mário: isso não tem relação com os manifestantes. Essa é uma discussão política. Quem tem que resolver são os prefeitos de Itaocara e Aperibé. Devem chegar num consenso.